



PLANO DE MANEJO

APA CUESTA PARANAPANEMA

Reunião de Devolutivas e Manifestação do Conselho
17 de novembro de 2025



Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística



PROGRAMAÇÃO

09h00 | 09h30 ABERTURA, OBJETIVO E PROGRAMAÇÃO DA REUNIÃO

09h30 | 11h00 APRESENTAÇÕES

- ✓ *Processo de consulta Pública*
- ✓ *Planilha de Devolutivas*

11h00 | 11h45 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

11h45 | 12h00 ENCERRAMENTO



PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA

PROCESSO DE ELABORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



Coleta de contribuições em oficinas e reuniões setoriais presenciais e via registros no portal (ocorrida até 28/09/2025)



PROCESSO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO

REUNIÃO

Devolutivas e manifestação do Conselho Gestor

Encaminhamento do Processo para o CONSEMA.

CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente)

Plenária para discussão e deliberação; manifesta-se favorável e inclui emendas (reunião aberta, pode pedir a palavra através de Conselheiro)

CTBio (Comissão Temática de Biodiversidade)

Análise técnica e elaboração do Relatório (reuniões fechadas)

Assessoria Jurídica do Governo (PGE)

Análise de aplicabilidade jurídica e ajustes de formato p/ norma legislativa

Palácio do Governo SP

Assinatura do Decreto de aprovação do PM e publicação no DOESP

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CUESTA PARANAPANEMA
PLANO DE MANEJO



APROVADO!!



A scenic landscape photograph showing a wide valley with rolling green hills and patches of forest. In the foreground, a dense, lush green forest covers a steep slope. The middle ground features a valley with various green fields and small clusters of trees. In the background, more hills and a distant town are visible under a sky filled with soft, white clouds. A semi-transparent grey rectangular box is centered over the middle of the image, containing the text.

DEVOLUTIVAS DAS CONTRIBUIÇÕES

DEVOLUTIVAS – ASPECTOS GERAIS

CONTRIBUIÇÕES DEFERIDAS / PARCIALMENTE DEFERIDAS

Zoneamento

- Aperfeiçoamento de normas focando nos atributos da UC;
- Sugestões gerais de alteração em redação de norma.

Programas de Gestão

- Sugestões de novas Ações focando nos atributos da UC;
- Sugestões gerais de alteração em redação de Ação;
- Inclusões de Responsáveis/Parceiros.

CONTRIBUIÇÕES INDEFERIDAS

- Contribuições incompatíveis ao Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Manejo da SEMIL;
- Contribuições que vão além das atribuições do Plano de Manejo, da UC ou da Fundação Florestal;
- Comentários / manifestações onde não há clareza na contribuição ou que necessitam apenas de um esclarecimento (não se aplica).

BALANÇO DAS CONTRIBUIÇÕES

CARACTERIZAÇÃO

Situação	Nº
SIM (Deferido)	0
NÃO (Indeferido)	0
PARCIAL (Parcialmente deferido)	0
NÃO SE APLICA	0
Total	0

Situação	Nº	%
SIM (Deferido)	88	67
NÃO (Indeferido)	10	8
PARCIAL (Parcialmente deferido)	27	19
NÃO SE APLICA	7	5
Total	132	100

ZONEAMENTO

Situação	Nº
SIM (Deferido)	31
NÃO (Indeferido)	8
PARCIAL (Parcialmente deferido)	22
NÃO SE APLICA	4
Total	65

PROGRAMAS

Situação	Nº
SIM (Deferido)	57
NÃO (Indeferido)	2
PARCIAL (Parcialmente deferido)	5
NÃO SE APLICA	3
Total	67



CONTRIBUIÇÕES INDEFERIDAS - ZONEAMENTO

DEVOLUTIVAS INDEFERIDAS

ZONA DE USO SUSTENTÁVEL - ZUS

ITEM	CONTRIBUIÇÃO	RESPOSTA SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA
Atividades e empreendimentos licenciáveis - ZUS / Item XVI – a a. Impactos do desencadeamento e da intensificação de processos de dinâmica superficial: v. Priorizar o uso de áreas degradadas para áreas de empréstimo ou depósito de material excedente;	v. material excedente; durante a execução da obra.	Não se trata apenas de uma medida a ser adotada durante a execução da obra, caso a atividade demande essa ação também em sua fase de operação, a priorização deverá ser igualmente observada.
Atividades e empreendimentos licenciáveis - ZUS / Item XVI – b b. Impactos da geração de poluentes sobre o ar, solo e recursos hídricos: iii. Promover o gerenciamento de áreas contaminadas;	iii. Promover o gerenciamento e mitigação (...).	Não cabe ao plano de manejo solicitar mitigação de áreas contaminadas em APA.
Atividades e empreendimentos licenciáveis - ZUS / Item XVI - c c. Impactos da interferência na dinâmica dos recursos hídricos: i. Reduzir eventuais interferências no regime hídrico, nas águas superficiais e subterrâneas, na drenagem de nascentes e em áreas úmidas, especialmente em cursos d'água com captação para abastecimento público;	i. interferências nas águas superficiais, e eliminar eventuais interferências.	A eliminação total de interferências não é possível, pois certos empreendimentos têm esse impacto inerente. As normas indicam os impactos a mitigar, sem inviabilizar as atividades.

DEVOLUTIVAS INDEFERIDAS

ZONA DE USO SUSTENTÁVEL - ZUS

ITEM	CONTRIBUIÇÃO	RESPOSTA SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA
Atividades e empreendimentos licenciáveis • ZUS / Item XVI – e e. Impactos sobre a biodiversidade: i. Priorizar a utilização espécies nativas regionais nos projetos de revegetação e paisagismo das áreas verdes e sistemas de circulação;	i. priorizar utilizar.	• Não compete ao Plano de Manejo exigir espécies nativas, tendo em vista que se trata de UC com propriedades particulares.
Atividades e empreendimentos licenciáveis • ZUS / Item XVI – e g. Impactos visuais sobre a paisagem cênica: i. Mitigar a alteração visual da paisagem cênica, como a implantação de barreira vegetal ou a alteração do layout do empreendimento, desde a fase inicial de implantação do empreendimento;	i. melhorar a redação.	• A contribuição não especificou o ponto que demandaria revisão e, após releitura, não foi identificada a necessidade de alteração. Assim, optou-se por manter a redação atual, de modo a garantir uniformidade em relação aos demais Planos de Manejo de APA.
• Nova norma	Garantir que o ICMS ambiental seja aplicada na resolução de questões ambientais, especialmente nas áreas suscetíveis às mudanças climáticas.	• Não compete ao plano de manejo determinar a forma de uso do recurso pago ao município por meio do ICMS Ambiental.

DEVOLUTIVAS INDEFERIDAS

ZONA DE PROTEÇÃO DOS ATRIBUTOS - ZPA

ITEM	CONTRIBUIÇÃO	RESPOSTA SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA
Nova norma	Front da cuesta deveria entrar como zona verde (sem construção).	A APA é uma Unidade de Conservação composta por propriedades particulares, de modo que não é possível inviabilizar a construção ou o desenvolvimento de atividades. No entanto, a cuesta, por ser um dos principais atributos da APA, no decreto de criação foi delimitada como Zona de Vida Silvestre e incluída como critério para mapeamento da Zona de Proteção dos Atributos, cujas normas orientam o desenvolvimento das atividades com vistas à proteção desse atributo. Além disso, as áreas com vegetação na costa são também mapeadas como Área de Interesse para a Conservação.

ÁREA DE INTERESSE PARA A RECUPERAÇÃO - AIR

ITEM	CONTRIBUIÇÃO	RESPOSTA SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA
Nova área	Adicionar áreas de interesse para recuperação nas bordas dos centros urbanos (ilhas não APA).	- Os critérios utilizados para o mapeamento das Áreas de Interesse para a Recuperação basearam-se nas porções territoriais com concentração de pontos de degradação dos solos, principalmente erosões, onde há solos com suscetibilidade média, alta ou muito alta. - Em relação às “ilhas não APA”, não é possível estabelecer normas para territórios situados fora dos limites da unidade. Ressalta-se, contudo, que o entorno dessas áreas é mapeado, em grande parte, como Zona de Proteção dos Atributos. Além disso, caso ocorra a ampliação das áreas urbanas em direção ao interior da APA, o município deverá observar as normas dispostas no plano de manejo, visando ao planejamento integrado dos instrumentos vigentes no território.

DEVOLUTIVAS INDEFERIDAS

PROGRAMAS DE GESTÃO		
ITEM	CONTRIBUIÇÃO	RESPOSTA SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA
P3 – Proteção e Fiscalização Desenvolver o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, ampliando as ações de prevenção e fomentando o treinamento de brigadas locais voluntárias, como complemento às ações de prevenção e combate à incêndios florestais do Programa SP Sem Fogo.	Ampliando o efetivo do Corpo de Bombeiros nos municípios da APACP.	Não compete ao plano de manejo interferir no efetivo do Corpo de Bombeiros.
Nova ação	Promover programa de arborização urbana e ampliações de áreas filtrantes.	Embora seja uma atribuição mais específica dos municípios, o plano de manejo traz recomendações sobre o tema nas normas que tratam sobre os empreendimentos sujeitos ao licenciamento.



ALTERAÇÕES NO ZONEAMENTO

ALTERAÇÕES NO ZONEAMENTO

ZONA DE USO SUSTENTÁVEL - ZUS

VIII. Os responsáveis pelas atividades agrícolas, silviculturais ou pastoris devem:

g. Adotar, sempre que possível, práticas agroecológicas **sustentáveis** para minimizar o uso de agrotóxicos, **em consonância com o Decreto federal nº 12.538, de 30 de junho de 2025, que institui o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA);**

XVI. Atividades e empreendimentos licenciáveis.

a. Impactos do desencadeamento e da intensificação de processos de dinâmica superficial:

iv. Priorizar projetos adequados à topografia do terreno e métodos construtivos que minimizem a movimentação de solo **e de rochas;**

XVI. Atividades e empreendimentos licenciáveis.

d. Impactos sobre as relações sociais e fluxos locais:

iii. **Apresentar, quando couber, manifestação dos órgãos competentes sobre interferências em comunidades tradicionais, indígenas ou quilombolas;**

XVIII. **A Concessionária deverá seguir os procedimentos previstos no contrato de concessão quanto à cessão do direito de uso de áreas marginais e ilhas dos reservatórios hidrelétricos, bem como às atividades e usos na represa;**

ALTERAÇÕES NO ZONEAMENTO

ZONA DE USO SUSTENTÁVEL - ZUS

XXII. Não é permitido o emprego de fogo, salvo para controle fitossanitário e projetos de restauração ecológica, mediante autorização específica, e casos previstos na Lei estadual nº 17.460, de 25 de novembro de 2021, **Lei federal nº 14.944, de 31 de julho de 2024** e outras normativas relacionadas;

XXV. A instalação e operação das atividades de aquicultura deverão observar as regras e procedimentos dispostos no Decreto Estadual nº 62.243, 1º de novembro de 2016, bem como as boas práticas relacionadas à segurança náutica, comunicação e sinalização, nos termos definidos pela legislação vigente.

ÁREA DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO - AIC

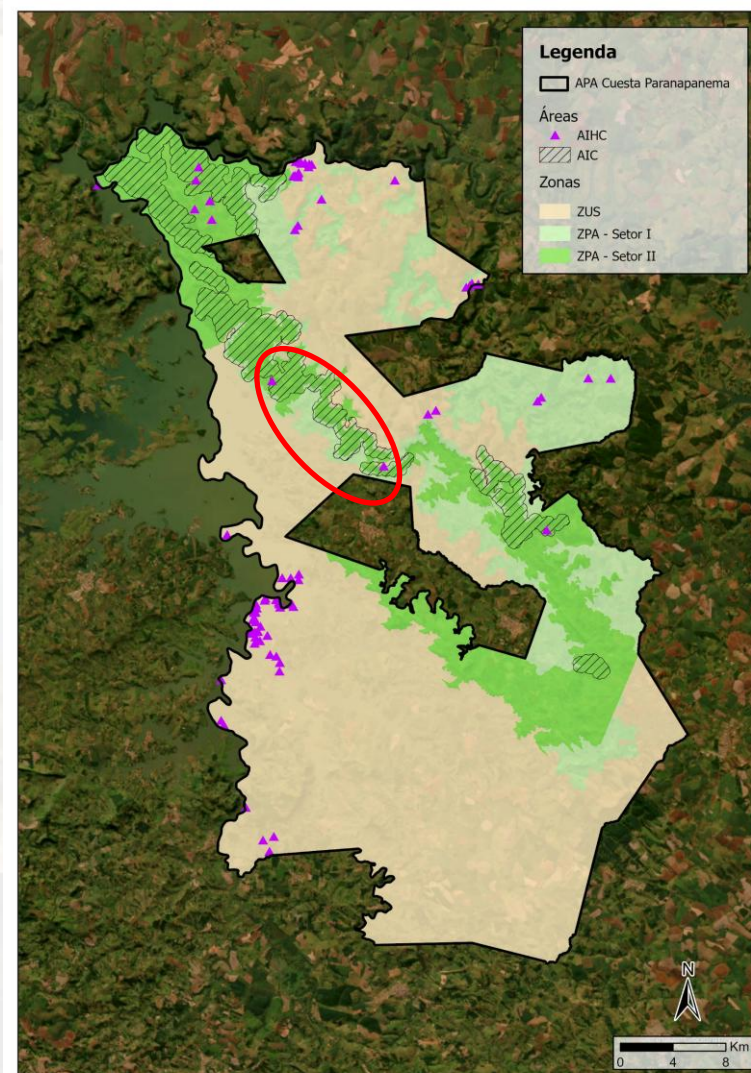
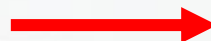
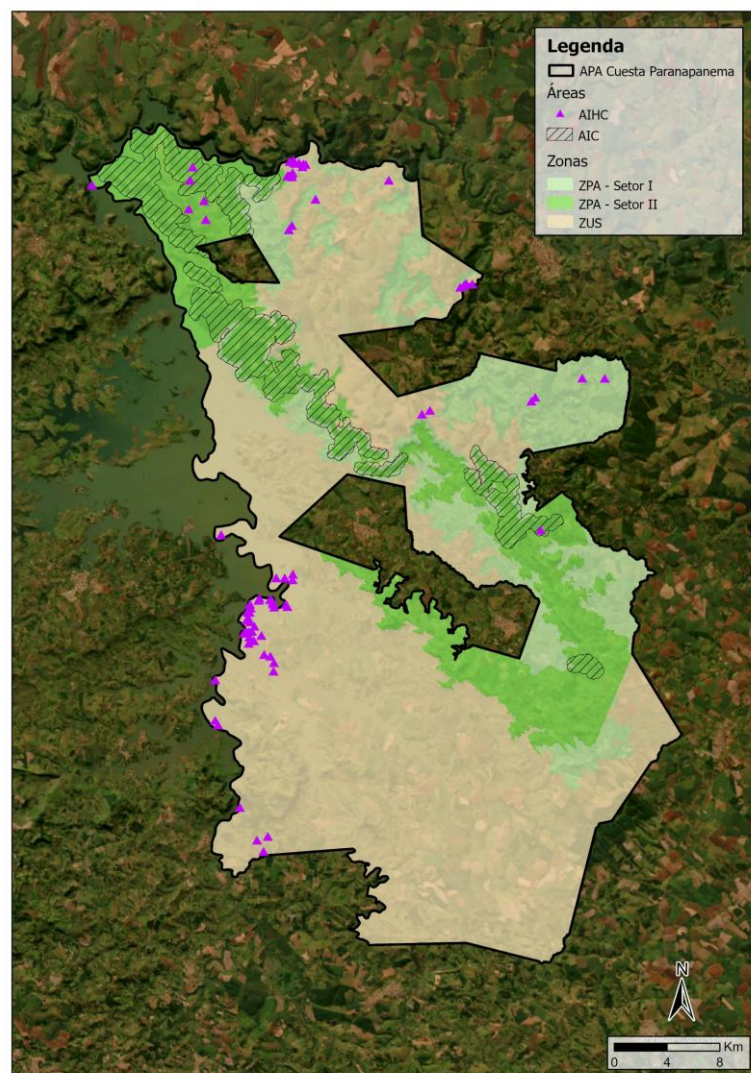
Recomendações:

III. Incentivar o ecoturismo, o turismo rural, **o geoturismo**, a observação de aves e as atividades de lazer em contato com a natureza, respeitadas as regras deste Plano de Manejo;

ALTERAÇÕES NO ZONEAMENTO - MAPA

ÁREA DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL - AIHC

Novos pontos mapeados como AIHC.



ALTERAÇÕES NOS PROGRAMAS DE GESTÃO

1 - PROGRAMA DE MANEJO E RECUPERAÇÃO										
OBJETIVO DO PROGRAMA: Assegurar a conservação da diversidade biológica e as funções dos ecossistemas (aquáticos ou terrestres), por meio de ações de recuperação ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais.										
OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS		INDICADORES		CONDICIONANTES				
Apoio e facilitação para projetos, planos e programas que visem a conservação, o uso sustentável e a recuperação de áreas degradadas, por meio de parcerias e fortalecimento de relações entre instituições, abrangendo inclusive o acesso aos investimentos.		M1.	Elaborar e implementar pelo menos três projetos que visem a conservação, o uso sustentável e a recuperação de áreas degradadas.	Número de projetos elaborados e implementados.		• Adesão dos proprietários aos projetos; • Disponibilidade de recursos; • Apoio institucional; • Parcerias bem estabelecidas.				
		M2.	Ampliar a rede de monitoramento aos atributos da APA, por meio da instalação de, no mínimo um ponto no Sistema Aquífero Guarani aflorante e implantação do monitoramento de processos geodinâmicos do relevo das cuestas.	Número de pontos de monitoramento em funcionamento.						
DIRETRIZ		AÇÕES			RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
						1	2	3	4	5
1	Incentivo às ações de conservação e restauração da APA.	1.1	Produzir lista de espécies da fauna e flora nativas de ocorrência regional nos biomas Mata Atlântica e Cerrado, para subsídio a projetos de restauração ecológica, levando em consideração levantamentos e listas existentes.		Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, SEMIL, IPA, ONGs, associações, CATI	x				
		1.2	Articular a capacitação de órgãos públicos e sociedade civil em projetos de PSA.		Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, Comitês de Bacias, SAA, SEMIL, sociedade civil, setor privado, CATI		x		x	
		1.3	Estimular ações de recuperação de áreas degradadas por erosão do solo e de restauração em áreas que incrementem ou promovam a conectividade ecológica entre os fragmentos de vegetação nativa, visando a minimização do efeito de borda e a recomposição de APPs.		Fundação Florestal, SAA, Conselho Gestor, Prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, CETESB, SEMIL, CATI, ONGs, setor privado, sociedade civil, CATI	x	x	x	x	x
		1.4	Auxiliar os órgãos responsáveis na divulgação de informações de banco de áreas para compensação ambiental, avaliando a pertinência de vincular a definição de áreas prioritárias através do CAR.		Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, Comitês de Bacias, Institutos de Ensino e Pesquisa, CETESB, SAA, SEMIL, CATI	x		x		x
		1.5	Apoiar a realização de extensão rural junto às instituições responsáveis e parceiros, visando a consolidação do CAR e adesão aos demais programas e projetos institucionais relacionados à regularização ambiental (ex: PRA) pelos proprietários.		Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, Sindicatos Rurais, CETESB, SAA, CATI, conselhos municipais, instituições de ensino e pesquisa	x	x	x	x	x
		1.6	Monitorar os projetos implantados com objetivos de restauração e compensação, quando houver supressão autorizada (TCRA), divulgando os resultados.		Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, DPFA/SEMIL, CETESB, SAA		x	x	x	x
		1.7	Apoiar os municípios na elaboração dos planos municipais de conservação e restauração da Mata Atlântica e do Cerrado.		Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, CETESB, Polícia Ambiental, SEMIL, instituições de ensino e pesquisa, ONGs		x	x	x	x
2	Monitoramento dos atributos da APA.	2.1	Articular a ampliação da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, dos Aquíferos Guarani, Tubarão e Serra Geral.		Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, Comitês de Bacias, SP Águas, CETESB, instituições de ensino e pesquisa, SGB, IPA		x		x	
		2.2	Articular o monitoramento da estabilidade geodinâmica do relevo de cuestas, bem como mapeamento e monitoramento de pontos de erosão, voçorocas e ravinas que podem ser mapeadas como AIR.		Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, Comitês de Bacias, CETESB, instituições de ensino e pesquisa, SAA, CATI, EDA, SGB, IPA, ONGs	x		x		x
		2.3	Articular o monitoramento da fauna silvestre.		FF, proprietários rurais, instituições ensino e pesquisa, SEMIL, ONGs, guias turísticos		x	x	x	x

ALTERAÇÕES NOS PROGRAMAS DE GESTÃO

2 - PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Estabelecer por meio das relações entre os diversos atores do território, os pactos sociais necessários para garantir o objetivo superior da UC.											
OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS		INDICADORES		CONDICIONANTES					
Incentivar a adoção de práticas de menor impacto, bem como sua integração com os programas de apoio e incentivos do setor público e privado.		M1.	Realizar reunião semestral com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral para divulgação das boas práticas agroambientais.	Número de reuniões realizadas.		• Adesão dos proprietários aos projetos; • Parcerias bem estabelecidas; • Apoio institucional; • Disponibilidade de recursos.					
		M2.	Instalar 26 placas indicativas de limites nas principais rodovias, 20 placas de sinalização de advertência para proteção da fauna e 10 placas interpretativas nas áreas urbanas dos municípios para divulgação da APA e de seus atributos.	Número de placas instaladas.							
		M3.	Elaborar o Programa de Educação Ambiental da UC.	Aprovação do Programa de Educação Ambiental pelo Conselho Consultivo da APACP.							
		M4.	Realizar uma inserção mensal em canais de comunicação com informações da APA.	Número de inserções em canais de comunicação.							
		M5.	Participar de pelos menos quatro reuniões de fóruns municipais e regionais para temas de interesse.	Número de participação nas reuniões de fóruns municipais e regionais.							
DIRETRIZ		AÇÕES				RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
							1	2	3	4	5
1	Articulações interinstitucionais para o desenvolvimento sustentável da APA.	1.1	Informar junto aos municípios a necessidade de cumprimento dos procedimentos estabelecidos na Resolução CONAMA nº 428/2010 e Deliberação CONSEMA nº 001/2024, e estabelecer formas de comunicação referente a ciência ou a consulta à APACP nos casos previstos nestas normativas.			FF, Prefeituras, Comitês de bacias, Conselho Gestor, CATI, Sindicato Rural, instituições de ensino e pesquisa, conselhos municipais	x	x	x	x	x
		1.2	Planejar ações de gestão entre as UCs regionais, integrando e otimizando ampliando recursos humanos, físicos e financeiros.			FF, prefeituras	x		x		x
2	Promoção de políticas públicas.	2.1	Estimular o diálogo entre a APACP e os atores locais para o desenvolvimento de políticas públicas, através da participação da gestão e do Conselho Gestor em fóruns, comitê, conselhos municipais e regionais.			FF, Prefeituras, Comitês de bacias, Conselho Gestor, CATI, Sindicato Rural, instituições de ensino e pesquisa, SEMIL, ONGs	x	x	x	x	x
		2.2	Apoiar, divulgar e incentivar a adesão e o desenvolvimento das políticas públicas estaduais e federais ambientais de uso sustentável, como Pagamento por Serviços Ambientais, Programa "Adote um Parque" e "Guardiões da Floresta", da FF, Protocolo de Transição Agroecológica, Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, entre outros.			FF, Prefeituras, Comitês de bacias, Conselho Gestor, CATI, Sindicato Rural, ONGs, sociedade civil, setor privado	x	x	x	x	x
		2.3	Incentivar e apoiar a criação de novas UCs e divulgar aos proprietários informações sobre a criação de RPPNs.			FF, prefeituras, proprietários, sindicato rural, CATI, sociedade civil, ONGs, instituições de ensino e pesquisa, conselhos municipais		x		x	x
		2.4	Incentivar e apoiar tecnicamente os municípios para que elaborem os Planos Municipais de Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas.			FF, IPA, Defesa Civil, Bombeiros, SEMIL	x		x		x
		2.5	Estimular todos os municípios abrangidos pela APACP para que possuam seus Planos Diretores, apoiando sua elaboração através do Conselho Gestor, considerando o Plano de Manejo da APACP e o ZEE-SP.			FF, Conselho Gestor, prefeituras		x	x	x	x
		2.6	Fomentar nos fóruns, comitês, conselhos e consórcios municipais, a necessidade de ações integradas dos municípios quanto ao uso e conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do patrimônio geomorfológico da APACP.			FF, Conselho Gestor, prefeituras	x	x	x	x	x
		2.7	Promover a capacitação em elaboração de projetos para captação de recursos em fontes específicas para conservação ambiental.			FF, Prefeituras, Comitês de Bacia, Conselho Gestor, CATI, ONGs, FEHIDRO, associações, instituições de ensino e pesquisa		x		x	x
		2.8	Articular junto aos órgãos competentes, a erradicação de casas flutuantes no leito da represa de Chavantes.			FF, Prefeituras, Conselho Gestor, Ministério Público, SEMIL, Polícia Militar Ambiental	x	x			

3	Adoção de estratégias relacionadas à educação ambiental, normatização, divulgação e sinalização da APA CP e seus atributos.	3.1	Elaborar o Programa de Educação Ambiental, com foco nos atributos e nas ações de desenvolvimento sustentável e adaptação às mudanças climáticas.	FF, Prefeituras, Diretoria de Ensino, Comitês de Bacia, Conselho Gestor, CATI, instituições de ensino e pesquisa, DEA, ONGS, sociedade civil, associações	x				
		3.2	Promover projetos educativos e de comunicação social associados à implementação das ações previstas no Programa de Educação Ambiental.	FF, Prefeituras, Comitês de Bacia, Conselho Gestor, CATI, instituições de ensino e pesquisa, ONGS, associações, Diretoria de Ensino			x	x	x
		3.3	Ampliar a comunicação social e a divulgação sobre a importância da APACP e de seus atributos.	FF, Prefeituras, Comitês de bacias, Conselho Gestor, CATI, Sindicato Rural, instituições de ensino e pesquisa, SEMIL, conselhos de classe, ONGS, associações, setor privado, Diretoria de Ensino	x	x	x	x	x
		3.4	Promover a divulgação da legislação vigente incidente no território e normas da APACP, com linguagem adaptada a cada público alvo, por exemplo por meio de cartilhas.	FF, Prefeituras, Diretoria de Ensino, Comitês de Bacia, Conselho Gestor, CATI, instituições de ensino e pesquisa, DEA/SEMIL, ONGS, associações, setor privado, Polícia Militar Ambiental		x	x	x	x
		3.5	Desenvolver e implantar projeto de sinalização territorial da APACP e seus atributos em locais estratégicos.	FF, SEMIL, DER e Concessionárias, Prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, setor privado	x	x			
		3.6	Apoiar os municípios abrangidos pela APA a desenvolver e implementar iniciativas voltadas à preservação, valorização e difusão de sua história, cultura e patrimônio imaterial, fortalecendo a identidade regional e o vínculo das comunidades com o território.	FF, Prefeituras					
4	Realização, através de parcerias, de ações formativas para temas fundamentais à conservação dos atributos da APA CP.	4.1	Apoiar a orientação sobre prevenção e combate a incêndios florestais, incentivando a formação de brigadas voluntárias e municipais e o apoio mútuo nas ações integradas.	FF, Polícia Militar Ambiental, Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras, Conselho Gestor, CETESB, sociedade civil, usinas, SEMIL, setor privado, CATI	x	x			
		4.2	Promover parcerias para realização de cursos sobre manejo sustentável do solo.	FF, Prefeituras, Conselho Gestor, Sindicato Rural, CATI, SEMIAP, SENAR, ONGS, associações, instituições de ensino e pesquisa	x		x		x
		4.3	Promover campanha de guarda responsável e saúde para animais domésticos.	FF, Prefeituras, Conselho Gestor, Sindicato Rural, CATI, ONGS, CDSA, DBA/SEMIL, departamentos municipais de proteção animal, instituições de ensino e pesquisa		x		x	
		4.4	Divulgar os impactos negativos para o meio ambiente causados pelo uso inadequado de agrotóxicos e resíduos veterinários nos cultivos agrícolas e os meios de realização de transição para a agricultura sustentável e regenerativa, adotando melhores práticas.	FF, Prefeituras, Câmaras Municipais, Conselho Gestor, Sindicato Rural, CATI, ONGS, sociedade civil	x	x			
		4.5	Promover a divulgação do correto descarte dos diferentes tipos de resíduos.	FF, Prefeituras, Câmaras Municipais, Conselho Gestor, DEA/SEMIL, CETESB, ADIAESP, ONGS, associações, SAA, cooperativas		x			
		4.6	Promover campanhas orientativas de boas práticas e medidas de manejo visando a coexistência harmoniosa entre seres humanos e fauna silvestre em ambientes compartilhados, a fim de minimizar impactos negativos.	FF, DBB/SEMIL, DPFA/SEMIL, prefeituras, Conselho, proprietários rurais	x		x		x
		4.7	Definir e divulgar protocolos de ação em casos de resgate de fauna.	FF, DBB/SEMIL, DPFA/SEMIL, prefeituras, Conselho, proprietários rurais					
5	Colaboração com o estabelecimento de ações de gestão adequada de resíduos nos municípios.	5.1	Apoiar no cumprimento da legislação vigente sobre gestão adequada de resíduos sólidos e efluentes, como logística reversa (PNRS), e na elaboração de planos de saneamento rural.	FF, Prefeituras, Câmaras Municipais, Conselho Gestor, CETESB, CATI		x	x	x	
		5.2	Apoiar os municípios na implantação eficiente e periódica de coleta seletiva no território da APACP, com a instalação PEVs (Ponto de Entrega Voluntária) em locais estratégicos da APACP.	FF, Prefeituras, Câmaras Municipais, Conselho Gestor, sociedade civil, cooperativas		x	x		x
		5.3	Estimular e apoiar projetos de gestão adequada de resíduos orgânicos, como compostagem, a fim de evitar a queima do lixo nas áreas rurais.	FF, Prefeituras, Câmaras Municipais, Conselho Gestor, Sindicato Rural, CATI, setor produtivo, sociedade civil, PMAmb, ONGS e associações	x		x		x
		5.4	Articular a instalação de um ponto com infraestrutura adequada de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos pelo Sistema Campo Limpo (IInpEV) no território, estimulando a redução do descarte inadequado desses resíduos.	FF, Prefeituras, Comitês de bacias, Conselho Gestor, CATI, Sindicato Rural, ADIAESP		x			
		5.5	Buscar a adequação e regularização das fontes de poluição oriundas da disposição irregular de resíduos sólidos e de esgoto sanitário.	FF, Prefeituras, Sindicato Rural		x		x	x

ALTERAÇÕES NOS PROGRAMAS DE GESTÃO

3 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir a integridade física, biológica e cultural da unidade.											
OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS		INDICADORES		CONDICIONANTES					
Fomentar ações preventivas visando minimizar os vetores de pressão aos atributos da UC.		M1.	Elaborar um diagnóstico quali-quantitativo sobre os vetores de pressão com objetivo de identificar causas e padrões.	Diagnóstico elaborado.		• Adesão e acesso a informação dos órgãos fiscalizadores; • Parcerias bem estabelecidas; • Apoio institucional.					
		M2.	Elaborar o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.	Plano Elaborado.							
		M3.	Diminuir em 30% o número de animais atropelados por ano e aumentar em 30% o resgate adequado da fauna.	• Número de animais resgatados; • Número de animais atropelados.							
DIRETRIZ		AÇÕES				RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
							1	2	3	4	5
1	Incremento das ações preventivas e de proteção da APACP.	1.1	Promover a divulgação dos órgãos de comando e controle ambiental, suas competências e contatos regionais, bem como a capacitação sobre legislação ambiental, em especial referente à licenciamento e emissão de autorizações para manejo de vegetação nativa, produtos madeireiros e não madeireiros, ao Conselho Gestor e demais interessados.			FF, Polícia Militar Ambiental, Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras, Conselho Gestor, CETESB, DPFA/SEMIL, DEA/SEMIL, usinas, CETESB, OAB	x		x		x
		1.2	Desenvolver o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, ampliando as ações de prevenção e fomentando o treinamento de brigadas locais voluntárias, como complemento às ações de prevenção e combate à incêndios florestais do Programa SP Sem Fogo.			FF, Polícia Militar Ambiental, Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras, Guarda Municipal, Conselho Gestor, CETESB, DPFA/SEMIL, sociedade civil, usinas, sindicato rural, setor privado, CATI	x				
		1.3	Identificar e monitorar as áreas com acentuado registro de infrações ambientais e que tenham impacto aos atributos da APACP, a partir de análise de banco de dados geoespecializados, estabelecendo uma dinâmica de comunicação junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização, a fim de adotar medidas de prevenção, coibição e monitoramento das infrações.			FF, Polícia Militar Ambiental, Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras, Guarda Municipal, Conselho Gestor, DPFA/SEMIL, instituições de ensino e pesquisa	x	x	x	x	x
		1.4	Acompanhar o monitoramento, em conjunto aos órgãos ambientais, de ações de proteção dos recursos hídricos e a proteção e recuperação de nascentes.			FF, Conselho Gestor, sindicato rural, CATI, ONGs, CETESB		x	x	x	x
		1.5	Articular junto aos municípios, o aprimoramento da fiscalização no parcelamento ilegal do solo e apoiar os municípios na promoção de formas de uso e ocupação do solo compatível com as especificidades ambientais da Unidade de Conservação.			FF, Conselho Gestor e Prefeituras		x	x	x	x
		1.6	Articular junto aos órgãos competentes a intensificação do controle e da fiscalização das atividades agrícolas que utilizam produtos tóxicos, sobretudo nas áreas de recarga do Aquífero Guarani e outros.			FF, CETESB, GAPA, Defesa Agropecuária		x	x	x	x
		1.7	Articular, junto aos órgãos responsáveis, a fiscalização de outorga para utilização de água subterrânea e a regularização de poços clandestinos.			FF, SP Águas					
		1.8	Buscar a regularização e adequação dos parcelamentos do solo legais, sobretudo ao longo da represa de Chavantes, e enviar esforços para intensificar a fiscalização evitando o surgimento de novos parcelamentos sem o devido licenciamento.			FF, Polícia Militar Ambiental, Prefeituras, Ministério Público, DPFA/SEMIL	x		x		x
2	Monitoramento das ações de mitigação de passivos ambientais.	2.1	Articular junto aos municípios a utilização do Sistema de Apoio à Restauração Ecológica - SARE para cadastro dos TCRA e promover interação com sistemas municipais.			FF, Prefeituras, sindicato rural, CATI, ONGs, CETESB		x	x	x	x
		2.2	Acompanhar o monitoramento, em conjunto com os demais órgãos ambientais, da execução das adequações ambientais de propriedades rurais previstas no Código Florestal, com foco na restauração de APPs, bem como no saneamento ambiental.			FF, Prefeituras, CETESB, DPFA/SEMIL, ONGs, CATI	x	x	x		x
		2.3	Buscar o aprimoramento de ações integradas de fiscalização e monitoramento junto aos órgãos ambientais na identificação de supressão da cobertura vegetal nativa, especialmente nas AIR, e no monitoramento de cumprimento de TCRA's e de mitigações e condicionantes estabelecidas em processos licenciados.			FF, Prefeituras, CETESB, DPFA/SEMIL, CATI		x	x	x	x
3	Fomentar estratégias que minimizem o atropelamento de fauna e potencializem o seu resgate.	3.1	Articular em parceria com as concessionárias, DER e municípios, a implantação de medidas mitigadoras de atropelamento de fauna nos viários do território, como sinalização, instalação e limpeza periódica de passagens de fauna e redutores de velocidade para veículos.			FF, Prefeituras, DER, Ministério Público, CETESB, Polícia Militar Rodoviária, DBB/SEMIL, ONGs, CEMPAS, instituições de ensino e pesquisa, clínicas e hospitais veterinários		x	x	x	
		3.2	Estabelecer parcerias e procedimentos para agilizar e facilitar a comunicação, atendimento, resgate e encaminhamento apropriado da fauna silvestre resgatada de atropelamentos conforme normativas vigentes, por exemplo através de incremento de equipes e viaturas, cadastramentos de clínicas e hospitais veterinários, realização de treinamentos e formação de agrupamentos voluntários.			FF, Prefeituras, clínicas e hospitais veterinários cadastrados, DPFA/SEMIL, Polícia Militar Ambiental, Polícia Militar Rodoviária, DBB/SEMIL, CRAS		x		x	
		3.3	Estabelecer parcerias para o desenvolvimento do monitoramento sistemático de ocorrência de fauna e de eventos de atropelamento nas estradas da APACP.			FF, instituições de ensino e pesquisa, DER, CETESB, DBB/SEMIL, Polícia Rodoviária, municípios, proprietários rurais		x	x	x	x

ALTERAÇÕES NOS PROGRAMAS DE GESTÃO

4 - PROGRAMA DE PESQUISA E MONITORAMENTO											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Produzir e difundir conhecimentos que auxiliem a gestão da UC em suas diversas ações.											
OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS		INDICADORES		CONDICIONANTES					
Ampliar o conhecimento sobre o território para aprimoramento das ações de gestão.		M1.	Criar e consolidar um banco de dados sobre as pesquisas realizadas na APA.	• Banco de dados estruturado; • Número de pesquisas cadastradas no banco de dados.		• Adesão das instituições de ensino e pesquisa; • Disponibilização dos resultados de pesquisa; • Recursos disponíveis; • Parcerias bem estabelecidas; • Apoio institucional.					
		M2.	Desenvolver pesquisas que abordem pelo menos 30% dos temas propostos.	Número de pesquisas realizadas com temas pertinentes a gestão da APA.							
		M3.	Elaborar no mínimo um estudo que subsidiará a ampliação do monitoramento e incentivo ao manejo das espécies exóticas invasoras na APA.	Número de estudos elaborados.							
DIRETRIZES		AÇÕES				RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
							1	2	3	4	5
1	Consolidação dos instrumentos de gestão do conhecimento.	1.1	Realizar levantamento da comunidade científica presente ou atuante, promovendo a divulgação dos temas para objeto de pesquisa de interesse da APACP e das normativas para sua execução - CadGP.			FF, instituições de ensino e pesquisa, Conselho Gestor, ONGs, associações		x			
		1.2	Catalogar, organizar e divulgar biblioteca de pesquisas, dados e informações realizadas no território da APACP, buscando sua interoperabilidade com os demais bancos de dados e sistemas em uso e em desenvolvimento na SEMIL, com atualização permanente.			FF, instituições de ensino e pesquisa, Conselho Gestor, FAPESP, sociedade civil, FEHIDRO		x	x		
2	Valorização dos temas de pesquisa prioritários para a gestão territorial da APACP.	2.1	Fomentar parcerias e incentivar a realização de pesquisas, especialmente sobre: • Patrimônio arqueológico local existente e a prospecção de novos sítios; • Avaliação do impacto do turismo nos atributos da APACP; • Remanescentes de Cerrado, tais como mapeamento e análise de fisionomias existentes na APACP, situação de conservação e vetores de pressão; • Presença de javali (Sus scrofa), seus impactos e medidas de controle; • Situação de conservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, mapeamento de nascentes, monitoramento da quantidade e qualidade da água e balanço hídrico; • Levantamento da fauna regional, especialmente espécies ameaçadas e seus habitats, através de monitoramento; • Conectividade funcional/estrutural para os fragmentos existentes; • Manejo integrado do fogo em áreas de cerrado da APACP; • Possíveis adaptação às mudanças climáticas cabíveis no território (técnicas, processos, materiais, etc); • Aspectos geomorfológicos das cuestas, estabilidade e fenômenos erosivos existentes; • Arranjos produtivos locais baseados em economia circular; • Espécies exóticas invasoras de fauna e flora; • Impactos do uso de agrotóxico para o solo, recursos hídricos, fauna e flora; • Impactos de ameaças (rodovias, fragmentação, animais domésticos, caça, etc) para a fauna local; • Soltura, mantenedores científicos/conservacionistas, destinação para a fauna silvestre da região vítima de ameaças e atropelamento, ataque por cães, caça, etc. • Aspectos histórico-culturais regionais; • Manejo integrado de bacias hidrográficas inseridas na APACP.			FF, IPA, instituições de ensino e pesquisa, sociedade civil, FAPESP, ONGs		x	x	x	x
		2.2	Identificar novos temas de interesse a partir de demandas do território, incentivando a sua realização através de parcerias.			FF, Conselho gestor, sociedade civil, ONGs, instituições de ensino e pesquisa		x			
		2.3	Articular a realização de estudos e pesquisas sobre a ocorrência de atributos da APACP fora de seus limites, a fim de subsidiar possível proposta de ampliação da UC.			FF, Conselho gestor, Prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, ONGs, conselhos municipais		x	x		
3	Produção e utilização de informações de projetos institucionais.	3.1	Articular junto à DPLA/SEMIL o desenvolvimento de ambiente virtual de análise da Rede ZEE para as UCs estaduais.			FF, SEMIL	x				
		3.2	Articular junto a FAPESP e outras instituições e fundações a formalização de parceria com a FF para abertura de editais específicos para a APA.			FF, SEMIL, FAPESP		x	x		
		3.3	Realizar parcerias para o desenvolvimento de ações dos projetos de monitoramento da biodiversidade.			FF, IPA, Conselho Gestor, Prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, DBB/SEMIL, ONGs		x	x	x	x
		3.4	Integrar o conhecimento empírico das comunidades locais aos processos de pesquisa e monitoramento ambiental na APA.			FF, Conselho Gestor, associações		x	x		

ALTERAÇÕES NOS PROGRAMAS DE GESTÃO

5 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL												
OBJETIVO DO PROGRAMA: Incentivar a adoção de alternativas sustentáveis do uso do solo e de produção compatíveis com o atributo e com as demandas socioeconômicas da população.												
OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS		INDICADORES		CONDICIONANTES						
Promover a adequação dos usos dos recursos naturais da APA aos objetivos de conservação dos seus atributos.		M1.	Aumentar o número de meliponários.	Número de meliponários instalados.		• Adesão de parceiros para o diálogo e realização das atividades; • Fontes de captação de recursos; • Adesão das instituições e dos diferentes atores envolvidos no território; • Apoio institucional.						
		M2.	Realizar pelo menos duas ações anuais de boas práticas agrícolas com potenciais parceiros.	Número de reuniões realizadas.								
		M3.	Criar e implementar o Programa de certificação para a APACP.	Número de produtores certificados.								
		M4.	Participar de pelos menos duas reuniões em conselhos municipais de turismo.	Número de participação em reuniões.								
		M5.	Criar e publicar, no mínimo, 2 roteiros turísticos.	Lançamento de publicação de divulgação contendo novos roteiros turísticos na APACP.								
DIRETRIZES		AÇÕES				RESPONSABILIDADES E PARCERIAS		CRONOGRAMA (ANOS)				
								1	2	3	4	5
1	Promoção e valorização de atividades de produção e processos sustentáveis.	1.1	Promover a implantação de polos de vegetação nativas e atividades de produção baseada em sistemas biodiversos para Mata Atlântica e Cerrado (ex.: polo de agricultura orgânica, SAF, restauração ecológico-econômica, produção de sementes, mudas e serviços).			FF, prefeituras, Conselho Gestor, CATI, EMBRAPA, SENAR, ONGs, instituições de ensino e pesquisa			x		x	
		1.2	Articular com parceiros regionais campanhas e divulgação sobre o cadastro de meliponicultores e disseminação de boas práticas e incentivos à adesão à cadeia produtiva de abelhas nativas, em consonância ao Programa "Abelhas Nativas", da FF.			FF, prefeituras, SAA, CATI, Defesa Agropecuária			x	x		
		1.3	Promover a difusão e apoiar a implementação de práticas e conceitos ESG (melhores práticas ambientais, sociais e de governança) pelos produtores localizados na UC.			FF, prefeituras, SEMIL, SAA, instituições de ensino e pesquisa, ONGs, associações, sindicatos rurais			x	x	x	
		1.4	Buscar apoio institucional para criação e implementação de certificação dos produtos, processos e serviços gerados na APACP.			FF, SEMIL, SAA, prefeituras, Conselho Gestor, SEBRAE, ONGs, sindicato rural		x	x			
		1.5	Fomentar, junto a produtores locais e polos regionais, iniciativas de produção e comercialização de produtos que agreguem valor com base nos atributos da APACP.			FF, Prefeituras, Conselho Gestor, SAA, SEBRAE, SEMIL, setor privado, ONGs		x	x	x		
		1.6	Incentivar a realização da transição agroecológica aos interessados.			FF, prefeituras, Conselho Gestor, CATI, EMBRAPA, SENAR, ONGs, instituições de ensino e pesquisa		x	x	x	x	x
		1.7	Apoiar a implantação de Programas de Pagamentos de Serviços Ambientais nos municípios e a implantação de programa de valorização das comunidades indígenas presentes no território da APACP.			FF, prefeituras, CATI, FUNAI, aldeias indígenas		x		x		x
2	Fortalecimento do turismo sustentável.	2.1	Apoiar municípios e proprietários para o desenvolvimento e atualização permanente dos Planos Diretores de Turismo, bem como de Planos Regionais de Turismo, com foco nas atividades de turismo sustentável rural e ecológico e em manifestações populares locais.			FF, Prefeituras, Conselho Gestor, SAA, conselhos municipais, setor privado, ONGs			x	x	x	
		2.2	Fomentar junto às propriedades com atrativos turísticos e instituições públicas a criação de roteiros turísticos (ex.: ciclorotas, avistamento de fauna, geoturismo, turismo rural).			FF, Prefeituras, Conselho Gestor, SAA, SEBRAE, SEMIL, conselhos de turismo, setor privado, ONGs, instituições de ensino e pesquisa		x		x		x
		2.3	Trabalhar em conjunto com instituições públicas, parceiros privados e mídias sociais, formas para divulgação dos atrativos e do oferecimento dos serviços turísticos e roteiros regionais, com enfoque no aumento da visibilidade e promoção da cadeia produtiva voltada às atividades turísticas que ocorram na APACP.			FF, Prefeituras, Conselho Gestor, SAA, setor privado, ONGs, Conselho de Turismo		x	x		x	x
		2.4	Apoiar a capacitação de monitores ambientais autônomos e guias turísticos para atuação nos atrativos da APACP e valorização dos seus atributos.			FF, Prefeituras, SEMIL, instituições de ensino e pesquisa, ONGs, associações			x		x	
		2.5	Apoiar o Turismo de Base Comunitária, sobretudo nas comunidades indígenas presentes na APACP, desenvolvendo atividades como trilhas, observação de aves, artesanatos, danças, entre outras.			FF, aldeias indígenas, FUNAI, SEBRAE, Prefeituras, empresas privadas		x		x		x



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DA APA CUESTA PARANAPANEMA



Núcleo Planos de Manejo
nucleoplanosdemanejo@fflorestal.sp.gov.br



Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

